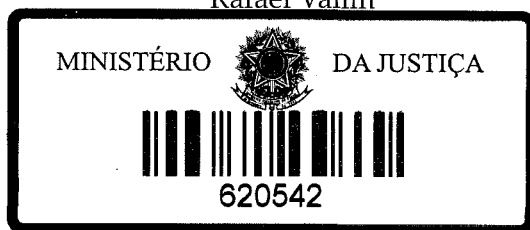


LUIZ FUX
PAULO MODESTO
HUMBERTO FALCÃO MARTINS

Prefácio

Rafael Valim



ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
APÓS A DECISÃO DO STF
NA ADI Nº 1.923/2015

1ª reimpressão

341.32271

F 9960

1. REIMPR.

Belo Horizonte

 **Fórum**
CONHECIMENTO JURÍDICO

2017

MU - BIBLIOTECA

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Rafael Valim	9
---------------------------	---

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL APÓS A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.923, DE 2015

PAULO MODESTO	11
1 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/DF: sua relevância para além do imediato.....	12
2 Organização social: conceito jurídico ambíguo.....	19
3 Exigências para a obtenção do título de organização social da Lei Federal nº 9.637, de 1998.....	24
4 Função dos títulos jurídicos conferidos a entidades privadas sem fins lucrativos	33
5 Cautelas ou condicionamentos adotados pelo título de organização social.....	38
6 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/DF: argumentos de ataque à Lei das Organizações Sociais e tramitação da ação	42
7 As conclusões da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/DF	48
7.1 Premissa geral: Estado social não é redutível a fórmulas estáticas.....	48
7.2 Aos serviços públicos sociais não se aplica o art. 175 da Constituição Federal e sim o fomento	50
7.3 A qualificação das organizações sociais: discricionariedade estreitada	52
7.4 O regime jurídico do contrato de gestão entre o Poder Público e a organização social	54
7.5 Os procedimentos objetivos de compras das entidades fomentadas.....	56
7.6 O sistema de controle sobre as organizações sociais.....	59
8 Conclusão	59
Referências	64

TERCEIRO SETOR NO ESTADO BRASILEIRO. A DECISÃO
DO SUPREMO FEDERAL NA ADI Nº 1.923/DF E AS
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

LUIZ FUX	67
1 Introdução	67
2 As relações firmadas entre o Estado e as organizações sociais, entes componentes do terceiro setor	70
2.1 Organizações sociais: licitação, contratações e concurso público. O dever de observância do disposto no art. 37, <i>caput</i> , da Constituição Federal.....	75
2.2 O controle das organizações sociais.....	88
3 Conclusão	89
Referências	94

PARCERIAS PÚBLICO-SOCIAIS (PPS): CATEGORIA JURÍDICA,
SUSTENTABILIDADE E CONTROLE EM QUESTÕES PRÁTICAS

PAULO MODESTO	97
1 Parceria em sentido amplo: uma introdução	97
1.1 Parcerias econômicas, sociais e institucionais	100
1.2 Abrangência do conceito de terceiro setor: a inserção das cooperativas	105
2 As novas questões envolvidas nas parcerias sociais	110
2.1 A dinâmica das parcerias sociais: questões de sustentabilidade e controle	110
2.2 Horizonte doutrinário resistente	112
3 Critérios para a solução de novas e velhas questões	113
3.1 Ausência de contraprestação ou simples “contraprestação facilitada”	113
3.2 Cessão de bens públicos: onerosa ou gratuita.....	118
3.3 Atividades desempenhadas pelos servidores públicos cedidos.....	119
3.4 Prestação de contas nas parcerias sociais e transparência: controle e autocontrole.....	121
3.5 A não aplicação da Lei nº 13.019, de 2014, às organizações sociais	122
Conclusão	124
Referências	126

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

HUMBERTO FALCÃO MARTINS	129
Introdução	129
1 Um processo de inovação: a institucionalização das organizações sociais no Brasil	131
2 Uma nova arquitetura institucional: pilares e pressões	139
2.1 Publicização	140
2.2 Orientação para resultados.....	143
2.3 Governança mista	148
2.4 Parceria e fomento.....	154
2.5 Flexibilidade.....	161
3 Um conjunto de possibilidades: o futuro do modelo das organizações sociais	165
4 Uma mudança de paradigmas: da flexibilização à colaboração	170
Referências	181

ANEXO

ACÓRDÃOS MAIS IMPORTANTES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E SOBRE AS PARCERIAS SOCIAIS APÓS A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADIN 1923.....	187
---	------------

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Acórdão 2057, 2016, Plenário,
Processo: 023.410/2016-7, Tipo do processo: Solicitação do Congresso
Nacional (SCN), Interessado: Comissão de Assuntos Sociais do Senado
Federal, Relator: Ministro BRUNO DANTAS, Número interno
AC-2057-31/16-P, Data da sessão: 10/08/2016, Ata: 31/2016) 189

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Acórdão: 2444, 2016, Plenário,
Processo: 023.410/2016-7, Tipo do processo: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO
NACIONAL (SCN), Interessado: Comissão de Assuntos Sociais do Senado
Federal (CAS), Relator: BRUNO DANTAS, Unidade técnica: Secretaria de
Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) e Secretaria de Macroavaliação
Governamental (Semag), Data da sessão: 21/09/2016 218